DOI: https://doi.org/10.22456/1984-1191.116400

MAPAS, FOTOGRAFIAS, TERRITÓRIOS E CORPOS:

Refletindo sobre violência a partir dos estudos de gênero

Juliana **Farias**[1]
Paloma **Cassari**[2]

Resumo
Neste artigo, partimos da análise imagética que Anne McClintock realiza sobre o mapa retratado em "As minas do rei Salomão" para refletir sobre desafios ético-político-metodológicos inerentes aos debates que atravessam atuações acadêmicas feministas e antirracistas. Na primeira parte do texto, contextualizamos a relevância da obra em nosso fazer acadêmico a partir de uma experiência comum – uma disciplina eletiva de Antropologia (IFCH/Unicamp) sobre territórios e corpos em contextos de violência, ressaltando a impossibilidade de trabalhar temas como urbanização, criminalização, encarceramento, necropolítica sem estabelecer as devidas conexões com a produção do campo de estudos de gênero. Na segunda parte, evidenciamos os impactos da proposta analítica de McClintock através de uma experimentação envolvendo projeção, fotografia e artes visuais.
Palavras-chave: territórios; corpos; artes visuais; estudos de gênero; violências.

MAPS, PHOTOGRAPHS, TERRITORIES AND BODIES:

Reflecting on violence from gender studies

Abstract
In this article, we start from Anne McClintock's imagetic analysis of the map depicted in "King Solomon's Mines" to reflect on ethical-political-methodological challenges inherent to the debates that cross feminist and anti-racist academic performances. In the first part of the text, we contextualize the relevance of the work in our academic work based on a common experience - an elective discipline of Anthropology (IFCH/Unicamp) on territories and bodies in contexts of violence, emphasizing the impossibility of working with themes such as urbanization, criminalization, incarceration, and necropolitics without establishing the necessary connections with the production of the field of gender studies. In the second part, we show the impacts of McClintock's analytical proposal through an experimentation involving projection, photography and visual arts.
Keywords: territories; bodies; visual arts; gender studies; violence.

Recebido em: 1º de julho de 2021
Aceito em: 30 de abril de 2022

[1] UNICAMP, Brasil. E-mail: farias.ju@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1373-4586
[2] UNICAMP, Brasil. E-mail: cassari.pan@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0569-0018.

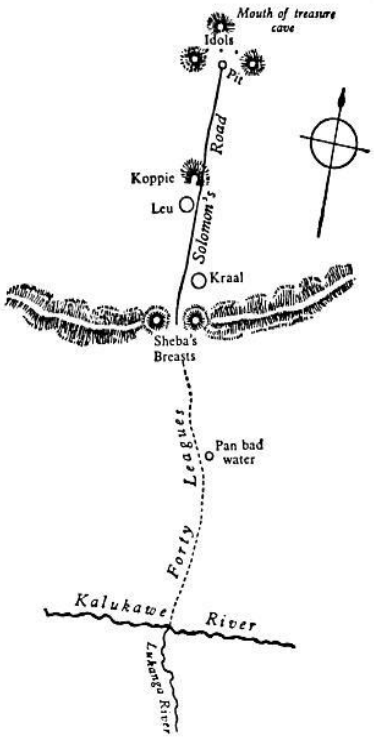
Esboço de um mapa: na metade superior da imagem, uma linha preta na vertical, levemente inclinada para a direita, é assinalada como "Solomon's Road"; na metade inferior da imagem, a continuidade da linha segue um pontilhado preto com ondulado sutil que demarca "Forty Leagues", até o pontilhado tornar-se novamente linha contínua preta, indicando "Lukanga River". Pouco ou quase nenhum detalhe, não fossem as inscrições produzidas ao longo dessas linhas: um círculo colado à parte direita da linha pontilhada, nomeado "Pan bad water"; entre a linha pontilhada e a linha preta estão alocados dois círculos maiores, carga de tinta mais forte, rodeados de outra circunferência mais fina – nomeados "Shebas Breasts", de onde partem para o lado direito e para o lado esquerdo, tracejados que indicam algum relevo; outras duas circunferências vazadas ("Kraal" e "Leu"), uma de cada lado da "Solomon's road", cujo meio do caminho exibe outra inscrição com tinta mais forte, espécie de semicírculo nomeado "Koppie" e, na extremidade superior da linha preta, um micro círculo nomeado "Pit"; acima três mínimos pontos pretos nomeados "Idols" conectam três círculos maiores, também inscritos com tinta mais forte, nomeados "Mouth of treasure cave". Arrematando o mapa, no quadrante superior direito, uma seta aponta para o norte, compondo a figura dos pontos cardeais bem definida, quase um carimbo oficial.

Tal imagem nos foi apresentada com a legenda: "Figura 1ª – A situação da terra. Esboço do mapa da rota para as minas di rei Salomão", na introdução da edição brasileira do livro Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial", da autora feminista Anne McClintock (2010). O texto havia sido selecionado para abrir uma disciplina eletiva da Antropologia[3] para o curso de bacharelado em Ciências Sociais da Unicamp, momento no qual nós duas nos encontramos: uma estudante de graduação, outra pesquisadora de pós-doutorado – ambas dispostas a discutir políticas de controle de corpos e territórios em contextos de violência, conforme convocava a ementa.

O mapa foi impresso em preto e branco, tamanho A3, colocado com fita durex no quadro branco da sala de aula e anunciado como participação especial da abertura do curso. A intenção era direcionar o debate a partir da leitura de McClintok sobre aquela imagem: um mapa que abria caminho para três ingleses brancos chegarem a minas de diamante no sul da África, cópia de um outro mapa que havia sido desenhado em 1590

[3] O curso, ministrado durante o primeiro semestre de 2019 no saudoso formato presencial, correspondeu à eletiva HZ169B - Tópicos Especiais em Antropologia XV (Territórios e corpos em contextos de violência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP).

por um homem chamado José Silvestre, mercador português, que usou seu próprio sangue pra riscar as pistas num pedaço de linho com uma lasca de osso. Além dessas informações, que McClintock (2010) retira diretamente do best-seller *As Minas do Rei Salomão*[4], a autora também nos revela que para alcançar o tesouro, havia a obrigatoriedade de matar uma "mãe-bruxa" chamada Gagool, que não por coincidência, é uma mulher negra.



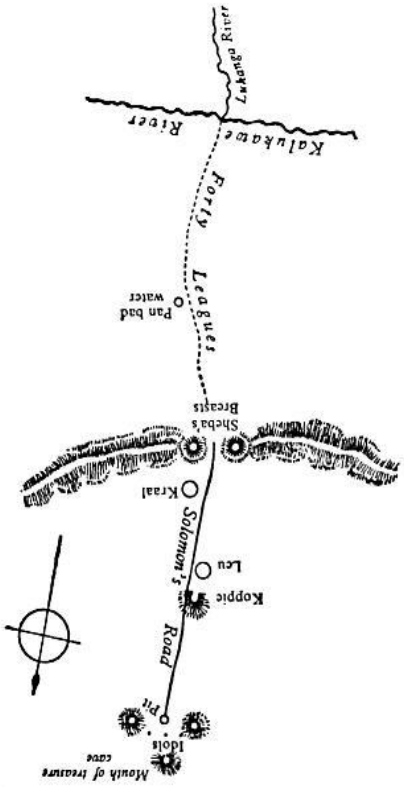
Seguindo a pista certeira de McClintock (2010) em primeiro plano e a pista colonial do mercador português em segundo plano, nos deparamos com uma "terra, que é também a fêmea", "mapeada em fluidos corporais masculinos" através de uma "fálica lasca de osso" (Idem, 2010: 17). O mapa nos conecta diretamente aos eixos de trabalho da autora, em especial as ligações entre força imperial e anti-imperial, dinheiro e sexualidade, violência e desejo, trabalho e resistência. Passar por esta imagem no início da disciplina eletiva, portanto, correspondia a um exercício de treinamento do olhar para enxergar não apenas sobreposições de territórios e corpos, mas em especial as conexões políticas inerentes aos processos de generificação de territórios e de territorialização de violências generificadas.

Parecia fazer muito sentido que, ao propor uma discussão sobre violência no primeiro semestre de 2019, com todo o acúmulo de violências e violações por todo país

[4] Para a elaboração da análise em questão, McClintock cita a publicação King Solomon's Mines, de Henry Rider Haggard, publicada pela editora Dent em Londres, no ano de 1885.

ao longo de 2018, pudéssemos encarar com seriedade perspectivas teórico-metodológicas decorrentes do campo dos estudos de gênero. Pensar processos de urbanização (logo, disputa por terra), pensar processos de criminalização de territórios e de corpos constituía-se, talvez com mais força, como uma tarefa impossível de ser encarada de forma desconectada dos diferentes suportes feministas, a partir dos quais enxergamos outras angulações inerentes a invasões e ocupações violentas de territórios, outras reflexões sobre guerras e conquistas de territórios, sobre tecnologias de controle de populações e também de corpos, enfim, debates em geral atribuídos à Sociologia Urbana ou à Sociologia da Violência, ou à Antropologia do Estado, mas que em muito podem se complexificar e se aprofundar com a vasta – e posicionada! – produção do campo dos estudos de gênero.

Às análises de McClintock somaríamos ainda a obra de Angela Davis (2016), conectando encarceramento em massa, mito do estuprador negro e a institucionalização do estupro nos Estados Unidos; somaríamos as abordagens de Jota Mombaça (2016) sobre uma "redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência"; cruzaríamos os "quadros de guerra" da filósofa Judith Butler (2015) com a "guerra de lugares" da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2015) – e a cada aula uma imagem era posta em destaque no canto do quadro (mapas, fotografias, charges, ilustrações em geral – retiradas dos próprios textos trabalhados ou não). Retornando, então, ao mapa das minas do rei salomão analisado por McClintock, é imprescindível dizer que havia sido escolhido também para abrir o curso em função da proposta da autora de realizarmos também uma leitura do mapa virado de cabeça pra baixo.



Tratando a proposta da autora de forma pragmática, o mapa impresso e levado para a sala de aula também foi virado de cabeça pra baixo. Curiosamente, ao seguirmos os atalhos analíticos de McClintock, percebemos que a associação à figura feminina que a autora enxergava na imagem fazia ainda mais sentido quando a inversão era realizada:

> Se o mapa for invertido, revela de uma vez o diagrama do corpo feminino. O corpo está esticado e truncado – as únicas partes desenhadas são as que denotam a sexualidade feminina. Na narrativa, os viajantes cruzam o corpo a partir do sul, começando perto da cabeça, representada pela "poça de água ruim" encolhida – a sintaxe mutilada exibindo o lugar da inteligência e da criatividade femininas como sendo o da degeneração. No centro do mapa, estão os dois picos de montanhas chamados de Seios de Sheba – dos quais as cordilheiras se estendem para os dois lados como braços sem mãos. O comprimento do corpo está inscrito pelo reto caminho real da Estrada de Salomão, levando do limiar dos seios até o umbigo koppie direto como uma seta ao monte púbico. Na narrativa, esse monte é chamado de "Três bruxas" e figurado por um triângulo de colinas cobertas de 'escuras urzes'. Esse escuro triângulo ao mesmo tempo aponta para as entradas de duas passagens proibidas e as oculta: a "boca da caverna do tesouro" – a entrada vaginal à qual os homens são levados pela mãe negra, Gagool – e atrás dela a fossa anal da qual eventualmente os homens se arrastarão com os diamantes, num ritual de nascimento masculino que deixa morta a mãe negra, Gagool.(McClintock, 2010: 17).

A perspicácia dessa análise imagética, completamente calcada em bases feministas, antirracistas e anti-imperiais[5], provocou-nos questionamentos, reflexões e,

[5] McClintock (2010) recusa veementemente a utilização do termo "pós-colonial", argumentando que 1) trata-se de um termo produzido a partir da ideia de um desenvolvimento linear (pré-colonial /colonial /pós-

também, a produção de novos registros imagéticos. A continuidade deste artigo, então, se dá através do relato individual de uma de nós que, a partir das provocações trazidas com a inversão do mapa – no texto e na sala de aula – produziu uma experimentação artística que ampliou as possibilidades de reflexão sobre os temas debatidos no curso.

Projetor, fotografia e feminismos

Eu me lembro de ficar extremamente provocada em sala de aula quando uma colega levantou a mão para dizer: "não consegui visualizar um corpo feminino no mapa"; e me lembro de pensar, num primeiro momento, que aquele corpo ali projetado, me parecia óbvio. Era a aula introdutória da disciplina "territórios e corpos em contexto de violência", e eu estava diante de um momento único da minha trajetória acadêmica. Basicamente, eu finalmente tinha me encontrado dentro das ciências sociais e tinha áreas de interesse. Minha jornada no mundo acadêmico nunca foi impulsionada por textos, mas sim pela vontade de fugir de dentro das salas de aula, de cumprir créditos com rapidez e ver logo o meu nome na lista de possíveis concluintes. O trabalho como vendedora em shoppings centers e como atendente em restaurantes ao longo dos meus seis anos de graduação reforçava esse sentimento. Porém, em determinado momento, encontrei imagens. Encontrei a possibilidade de criar imagens dentro da academia, e esse espaço me foi dado pela antropologia; e lá estava eu, sentada em sala de aula cursando uma eletiva por interesse pessoal. "Corpo" me parecia um tema latente, "Violência" me parecia um tema latente, "Território" me parecia um tema latente. Anne McClintock não só me oferecia uma importante análise destes tópicos como, além de tudo, me oferecia uma imagem. A princípio, tudo isso apenas era algo que eu considerava interessante… até que minha colega não conseguiu ver o corpo no mapa das Minas do Rei Salomão. Isso definitivamente me tirou do eixo.

Para esta reflexão, defino imagem partindo de Didi-Huberman (2013), sobretudo em suas análises sobre o trabalho, interrompido, de Aby Warburg. Sob essa perspectiva,

colonial); 2) trata-se de um termo produzido a partir da visão binária do historicismo ocidental (eu/outro; metrópole/colônia; centro/periferia); 3) "o prefixo "pós" reduz a cultura dos povos além do colonialismo ao tempo preposicional"; 4) "a ruptura histórica sugerida pelo prefixo "pós" desfigura tanto as continuidades quanto as descontinuidades do poder que deram forma aos legados dos impérios coloniais"; 5) "as histórias das políticas masculinas, embora profundamente implicadas no colonialismo, não são redutíveis a ele e não podem ser entendidas sem diferentes teorias do poder e do gênero".

as imagens são refletores importantes de nossa cultura (e vice-versa) e, por este motivo, aspectos culturais podem permanecer sobreviventes ou reminiscentes em função das imagens. Elas são, portanto, sintomas de uma memória cultural. Se determinadas imagens podem retomar aspectos culturais sobreviventes, que imagens teríamos se decidíssemos fazer uma curadoria de imagens do corpo feminino ao longo da história da arte? Como este corpo tem sido retratado, mostrado, visibilizado ou invisibilizado, fotografado, pintado, etc? As imagens do corpo feminino que são comumente reproduzidas remetem a quais aspectos culturais de nossa sociedade? Deparei-me com essas indagações ao perceber que o mapa possuía um corpo que não conseguia ser visto. Como dito anteriormente, me parecia óbvio. Ali no meio estão os seios que levam até a vagina. A vagina dá acesso ao tesouro, enquanto, no lado contrário, a cabeça é representada por um poço de água suja. Mas as próprias reflexões de McClintock (2010) reverberavam e se desdobravam: Que corpo é esse embutido no mapa? E eu replicava: "Será que esse corpo é o mesmo que o meu?".

Lançando mão da afirmativa feminista de que o pessoal é político, aciono aqui novamente processos pessoais: ao longo do curso de graduação, eu buscava disciplinas nas quais eu pudesse realizar reflexões e trabalhos com conteúdos imagéticos; de preferência tendo a oportunidade de produzir trabalhos fotográficos, trabalhos visuais. Não era exatamente isso que estava sendo proposto na eletiva em questão, mas existia uma demanda para trabalhar com imagens, que é algo raro quando não estamos num meio como o da própria antropologia visual, por exemplo. Não estava nos meus planos produzir uma imagem, mas a provocação do exercício me conduziu pra esse caminho: "avaliação: escolher um suporte imagético (fotografia, meme, cópia de documento, ilustração, tira de quadrinho ou outro) e desenvolver um comentário a partir de um dos textos lidos no bloco 1".

Foi um experimento: chegar em casa, abrir o mapa e me deparar com uma série de levantamentos e questões que eu mesma não conseguiria responder com um texto. Fiquei me questionando se a própria Anne McClintock conseguiria ver o corpo feminino no mapa com tanta sobriedade. Naquele momento, vivia em um apartamento de uma colega que possuía um projetor e fiquei pensando que talvez, se eu me posicionasse em frente a tela eu poderia projetar o mapa no meu corpo… e talvez ele coubesse… talvez eu não tivesse resposta alguma sobre isso… Mas era um teste que eu precisava fazer, afinal, se alguém não conseguia ver um corpo, talvez aquele corpo não existisse mesmo

no mapa, talvez fosse uma grande abstração da autora. O fato é que eu precisava ver se existia mesmo um corpo ali, mesmo que fosse apenas o meu. E penso que talvez isso diga muito sobre como lidamos com corpos (nossos e outros) em nossas pesquisas.

Lidar com meu próprio corpo me deu um pouco de medo. Lembro que era uma noite fria e eu não consegui pensar em nenhuma alternativa a não ser estar nua. Era apenas eu, em frente a um projetor, câmera no tripé, timer ligado. Não conseguia focar o mapa no corpo e precisava fazer mínimos esforços de ir e voltar do projetor até a tela e verificar se tudo estava centralizado, se a imagem era nítida o suficiente. Creio que esse é um processo parecido com o que fazemos em um texto quando voltamos e retomamos às nossas anotações diversas vezes para tentar encontrar um ponto onde tudo pareça mais nítido. Após visualizar o resultado final da fotografia que produzi, ficou nítido que o corpo e o mapa estavam intimamente relacionados. Mesmo que o mapa não se encaixasse completamente, meu corpo estava ali.

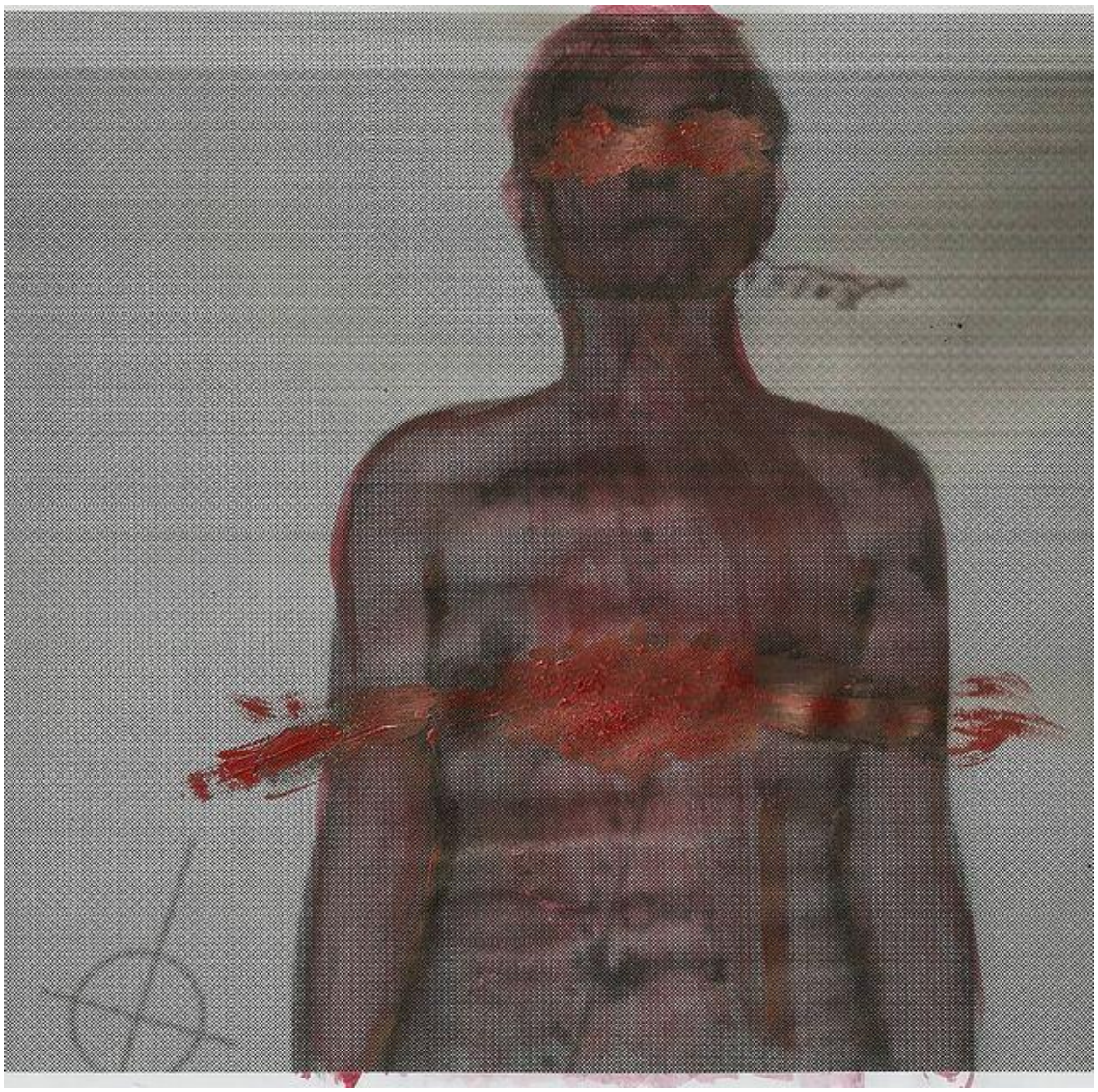
Mas como estariam outros corpos, outros gêneros, outras identidades? O excesso de perguntas me levou a um outro experimento, que foi tentar entender como o mapa e a análise de McClintock poderiam se desdobrar em outras corporalidades. Postei em minha página pessoal do Facebook se outras pessoas gostariam de ser fotografadas, pensando neste trabalho como um projeto fotográfico onde as categorias de gênero, raça e classe estariam demarcadas, como é proposto na própria obra *Couro Imperial*. No argumento de McClintock (2010), o mapa representa um corpo feminino a ser desbravado, uma vez que as minas são, simultaneamente, o lugar da sexualidade feminina, fonte do tesouro, e também lugar da disputa imperial.

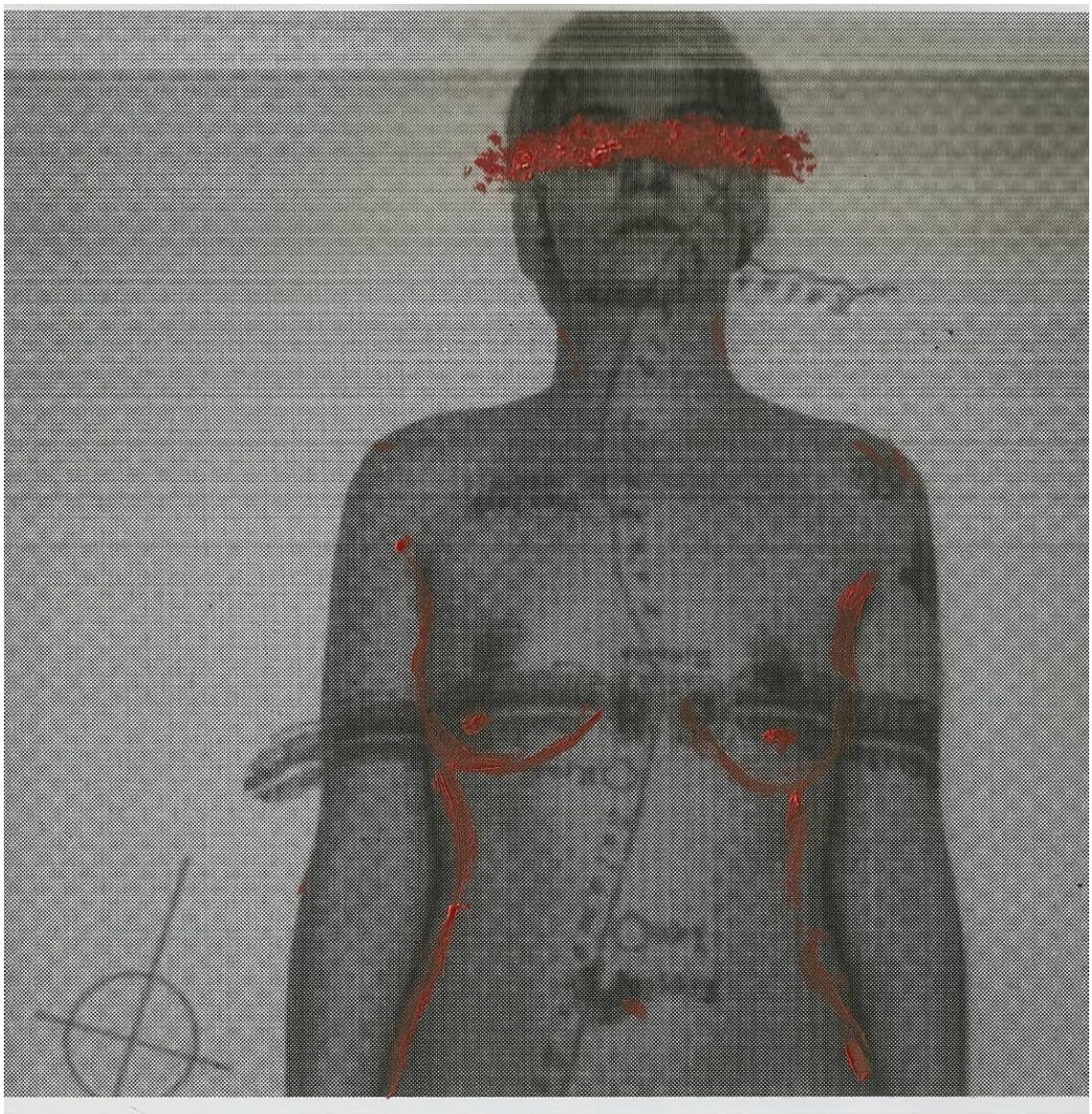
De fato, para além do simbólico, é possível ver no mapa os "seios de sheba" que simbolizam as montanhas que devem ser cruzadas a caminho do tesouro. Realizei este exercício fotográfico utilizando as duas possibilidades de leitura do mapa que McKlintock nos propõe: o mapa invertido e o mapa onde o corpo fica “em pé”. De fato, quando o mapa invertido é projetado no corpo, o caminho se inicia em nossa cabeça “o poço de água ruim”, e segue para as minas, que nos leva diretamente ao órgão genital feminino.

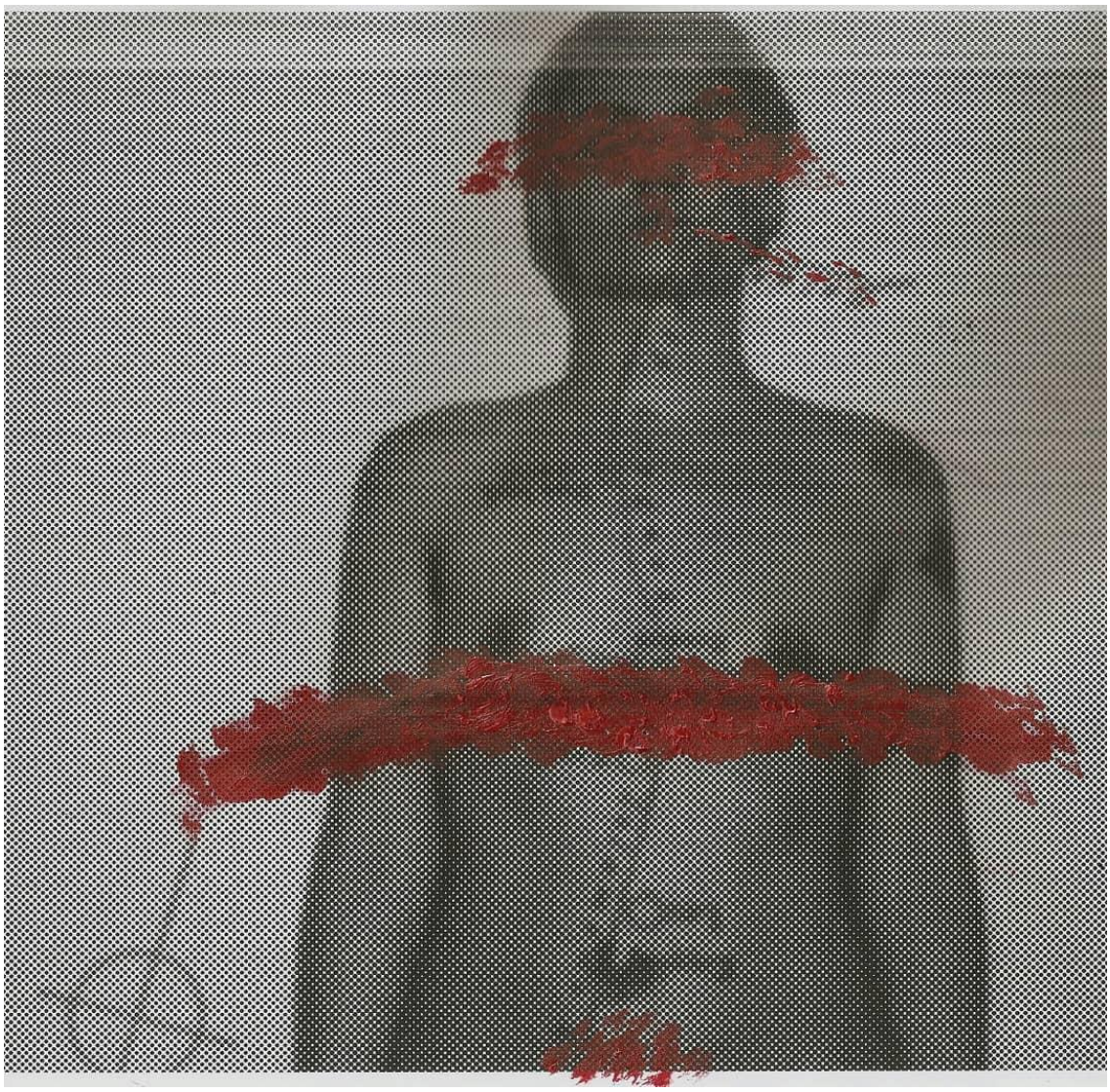
Como disse anteriormente, estava interessada em entender melhor como essas categorias poderiam aparecer nessas imagens, e então, procurei por homens, heterossexuais, cis, brancos, onde uma imensa maioria não estava disposta a posar nua; acredito que isso diga muito sobre quais imagens do corpo masculino estão sendo

movimentadas, registradas e divulgadas. Pude perceber que há uma íntima relação entre o mapa e as categorias tratadas, pois mesmo projetado sobre o corpo de uma mulher branca, o mapa ainda possuía inscrições que levavam a narrativas de mulheres racializadas, como a mãe negra Gagool. Dessa maneira, a lógica imposta pelo mapa se perpetua, uma vez que ele representa a estrutura por trás das três categorias articuladas (raça, gênero e classe) em confronto com "a ordem reprodutiva masculina da monogamia patriarcal, a ordem econômica do capital minerador; e a ordem política global do império" (McKlintock, 2010).

Desse modo, posso dizer que trabalhar com a imagem do mapa foi extremamente pedagógico e eu pude não apenas enxergar nitidamente a relação entre as categorias, como ter um entendimento sobre nossa memória visual, compreendendo como muitas vezes trabalhar com imagens é trabalhar com um retorno à nossa memória cultural, afetiva, pessoal e estabelecer conexões políticas com nossos temas de pesquisa. E isso foi feito no momento em que eu precisei revisitar não apenas minha relação com meu próprio corpo, mas também revisitar toda uma lógica que estava em torno dessa relação, uma lógica de assimetria de poder em relação ao corpo feminino/feminizado. A ausência de homens cis voluntariando-se para participar do projeto me levou a continuar trabalhando com as imagens do meu próprio corpo. Se o diagrama do corpo feminino no mapa de McClintock ainda não estivesse visível, eu faria questão de explicitá-lo.







Decidi seguir nas experimentações visuais e, mais uma vez, tentar deixar a lógica do mapa extremamente nítida. A ideia é que esse corpo feminino pudesse ser mais uma vez remontado, reproduzido em grande escala, recortado e pintado/marcado conforme a lógica patriarcal nos impõe. Decidi editar as imagens em formato de impressão, como lambes comuns que vemos nos muros das cidades, e interferir nessas fotografias com tinta acrílica vermelho sangue. As inscrições no mapa analisadas por McClintock (2010) explicitam íntimas conexões entre corpo, território e violência.

Tais conexões se perpetuam e o experimento tornou mais concreta a possibilidade de enxergar "a olho nu" determinados processos de violência em contextos nos quais inúmeras inscrições do mapa fictício das Minas do Rei Salomão são atualizadas de forma cotidiana. O ato de projetar o mapa sobre o corpo torna possível refletir tanto sobre o que

é sobreposto aos corpos de diferentes mulheres, quanto ao que é projetado "para" as mulheres em termos de um planejamento normativo de suas trajetórias – nesse sentido, as sobreposições, as sobrecargas, as demandas que por vezes parecem infinitas corresponderiam a camadas sobrepostas de itinerários de diferentes pessoas e instituições que atravessaram/usaram/exploraram/violentaram aquele corpo para alcançar interesses próprios.

Sendo o mapa considerado "um instrumento imperial" (Anderson, 1993), sendo a cartografia parte inerente da constituição cotidiana do poder de estado, muitos podem ser os desdobramentos de inscrições governamentais produzidas à força em corpos femininos ou feminizados. Para dar continuidade a esta linha de raciocínio, vale lembrar que a própria ideia de produzir mapas, de produzir cartas estruturadas a partir dos pontos cardeais, marcando assim o limite da terra a ser dominada, ou seja, o próprio ato de cartografar data da época das chamadas grandes navegações, cujo pioneirismo é atribuído à Escola de Sagres, considerada "o cerne do poder dinástico e colonial" na análise de Almeida (2013).

A orientação da rota das expedições exploradoras era responsabilidade desta escola cartográfica lusitana – contexto que explicita dois aspectos importantes do debate sobre as conexões entre territórios e violência que estamos propondo: um deles diz respeito ao instrumental técnico produzido no período das grandes navegações; outro diz respeito à forma como passaram a ser retratadas as terras invadidas e o trajeto até as mesmas. Em relação ao instrumental técnico, destacamos que astrolábio, bússola e armadura faziam parte do uniforme militar daqueles que agiam em nome da coroa nos processos extremamente violentos da colonização.

Aqui, onde denominaram Brasil, tais processos foram marcados não apenas pela invasão de terras já habitadas, mas também pela invasão dos corpos femininos/feminizados de diferentes etnias indígenas via abuso sexual. Enxergar os abusos sexuais como parte de ações genocidas militarizadas é trazer a generificação da violência para o centro do debate – movimento que certamente pode ser intermediado por análises que enfatizam o enquadramento de corpos de mulheres como campos de batalha, como argumentam, por exemplo, Rita Segato (2008; 2013) Angela Davis (2016) e Andrea Peres (2011). Tais análises, postas aqui em diálogo com o experimento de Paloma Cassari, nos informam sobre a possibilidade de treinamento de olhares que visualizem mapas

projetados em corpos femininos/feminizados, que visualizem como processos de esquadrinhamento de territórios e corpos se dão muitas vezes de forma simultânea[6].

Dando continuidade ao debate, destacamos que essa articulação entre instrumental técnico, colonização, militarização e violência se desenvolve na mesma medida em que tais funcionários coloniais empreendem processos de feminização dos territórios através de diferentes narrativas. Seja a difusão (até hoje utilizada) da ideia de "terra virgem", seja o acionamento de sereias junto a seres monstruosos desenhados nos mares de diversos mapas do período colonial, trata-se de uma construção narrativa capaz de camuflar atos violentos como se fossem atos desbravadores necessários, como se de fato aquelas terras fossem desocupadas, como se as pessoas que já residiam naquelas terras fossem selvagens, não tivessem sua própria organização política nem seus próprios regimentos morais.

O mesmo pode ser dito para a criação imagética (via ilustrações) daqueles que estavam a serviço deste empreendimento colonial. Em análise correlata a esta sobre o mapa das Minas do Rei Salomão, McClintock (2010) se refere, por exemplo, a uma ilustração de 1575[7], chamando atenção para a forma como Américo Vespúcio foi retratado, a postura ereta e senhorial, os equipamentos por ele portados – o astrolábio, a bandeira e a espada – apresentados pela autora como "instrumentos de fetiche do senhorio imperial". Em suas palavras, na ilustração uma "indígena estende uma mão convidativa, que insinua sexo e submissão", e, próximo àquela mulher, "Vespúcio, o recém-chegado semelhante a Deus, está destinado a inseminá-la com as sementes masculinas da civilização, a frutificar a selva" (McClintock, 2010: 50). Decorre desta análise a afirmação de McClintock (2010) de que "o conhecimento do mundo desconhecido estava mapeado como uma metafísica da violência de gênero".

Finalizando esta seção do artigo, vale enfatizar que esta leitura produzida a partir do experimento de Paloma Cassari, dialoga com outras análises feministas contracoloniais que trazem elementos indispensáveis para enxergarmos os diagramas de poder

[6] Em trabalhos recentes, Farias (2021; 2022) tem argumentado que para compreender como se dá, nos dias de hoje, essa articulação absolutamente inescapável entre tipos de relação de domínio e poder em uma determinada territorialidade e processos de generificação e de racialização, é indispensável voltarmos nossa atenção para o contexto da violência colonial escravocrata em terras brasileiras. Tal reflexão se alimenta do incentivo de Efrem-Filho (2017) para prestarmos atenção nas "possíveis cumplicidades entre os processos de territorialização, generificação e sexualização".

[7] Desenho de autoria de Jan van der Straet, que McClintock importa para seu trabalho a partir do texto "Polytropic Man: Tropes of Sexuality and Mobility in Early Colonial Discourse", de autoria de Peter Hulme, publicado no livro "Europe and Its Others" (BARKER et al., 1984).

generificados que alimentam processos políticos até os dias de hoje. Referência central nesse sentido é Chandra Mohanty (2003), que explicita a produção de um "eu masculino (branco) imperial" enquanto elemento constitutivo do projeto do colonialismo ocidental, lembrando que "as instituições de controle direto do domínio colonial - os militares, o judiciário e, o mais importante, o serviço administrativo - sempre foram esmagadoramente masculinos" (Mohanty, 2003: 59). A autora sustenta o argumento de que "os homens brancos no serviço colonial encarnaram o governo representando literal e simbolicamente o poder do império" (Mohanty, 2003: 59).

"Será que a Anne McClintock fez isso?"

Após o experimento de Paloma, surgiu a curiosidade de saber se em algum momento a própria McClintock teria projetado o mapa de Haggard sobre seu próprio corpo. Entre possibilidades de aproximação e distanciamento, o percurso analítico de McClintock – uma mulher branca, descendente de ingleses, nascida no Zimbábue, que vai ainda criança para a África do Sul, onde mais tarde participa dos movimentos contra o apartheid, onde realiza seu curso de graduação em Letras[8] – reorientou nossos próprios olhares, enquanto mulheres brancas, cisgênero, nascidas no Brasil, onde cursaram bacharelado em Ciências Sociais (ainda que em Estados diferentes).

Considerando que um dos objetivos da eletiva em questão era incentivar a reflexão sobre múltiplas conexões entre territórios e corpos – às vezes aproximados, às vezes sobrepostos, às vezes indistinguíveis, dependendo dos processos que estejam sendo observados, recortados nas pesquisas em curso, entendemos que o experimento de Paloma Cassari nos permite visualizar tais conexões e, para além da visualização, possibilita variadas interpretações sobre processos de esquadrinhamento de corpos e territórios, sobre processos de feminização de territórios.

Se como diz McClintock (2010), "tornar a terra feminina" é um processo protagonizado por homens produtores de "fúrias, massacres, estupros" e "atrozes rituais de masculinidade militarizada", compreendemos que refletir – e produzir textos, imagens,

[8] Anne McClintock fez graduação em Letras (Inglês) em Cape Town, o mestrado em Linguística em Cambridge (Inglaterra) e o doutorado em Literatura Inglesa na Univ. de Columbia (USA). Atualmente é professora no Programa de Estudos de Gênero e Sexualidade da Universidade de Princeton.

áudios e demais formas de escoamento do que pensamos – coloca nosso fazer acadêmico como parte do compromisso com diferentes lutas e enfrentamentos. Compreendemos ainda a partilha deste processo como um incentivo à experimentação com imagens mesmo em disciplinas não alocadas em linhas da Antropologia Visual e temáticas afins, visto que a proposta foi muito bem aproveitada pela imensa maioria da turma. Podemos nunca descobrir se McClintock projetou ou não o mapa sobre si, mas sabemos que o mapa segue impresso em novas edições do seu livro, acompanhado de uma análise feminista certeira e inspiradora para diferentes gerações atentas às assimetrias de poder.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Em: ALMEIDA, A. W.; Junior, E. (orgs). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DIDI-HUBERMAN, Georges. A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo AbyWarburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

EFREM FILHO, Roberto. Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território. Tese de doutorado em Antropologia Social, IFCH / Unicamp, 2017.

FARIAS, Juliana. Violências, mulheres e militarização. Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. Disponível em https://dmjracial.com/2022/03/10/violencias-mulheres-e-militarizacao/, 2022.

FARIAS, Juliana. Gender Violence, State Violations. Academia Letters, Article 1831, 2021.

HULME, Peter. Polytropic Man: Tropes of Sexuality and Mobility in Early Colonial Discourse. im: BARKER et al (orgs). Europe and Its Others. Essex: University of Essex, vol. 2, 1984.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

McCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MOHANTY, Chandra Talpade. Feminism without borders. Duke University Press, 2003.

MOMBAÇA, Jota. rumo a uma distribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! Cadernos de Imaginação Política, 2016. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic__a__o_da_vi 2016

PERES, Andréa. Campos de estupro: as mulheres e a Guerra na Bósnia. Cadernos Pagu, Campinas, n. 37, 2011.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SEGATO, Rita Laura. "La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Cd. Juárez" Año 19, vol. 37, abril 2008.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres, Editorial Pez en el Arbol y Tinta Limón, México D.F, 2013.